



11 SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

A POSSÍVEL EFETIVIDADE DA NOVA POLÍTICA DE ESPORTES DO ESTADO DO PARANÁ

Luciana Letícia Sperini Rufino dos Santos (FACINOR/UEM)
Maringá, Paraná, Brasil
lucianaleticiasrs@hotmail.com

Palavras-chave: Esporte; Políticas públicas; Gestão Pública.

Introdução

A história do esporte paranaense não destoa da história do esporte em âmbito nacional, com início dos registros de intervenção do governo na década de 1940. Assim como os primeiros registros apontam para o financiamento do esporte por parte do Estado e o desenvolvimento das ações por meio de instituições privadas, no Paraná o processo de financiamento do esporte foi semelhante.

De acordo com Mezzadri (2000, p. 63) “a finalidade inicial com essa ação era agregar os indivíduos nos clubes e dar continuidade à própria estrutura esportiva e social que já vinha sendo realizada”. A partir da regulamentação do esporte brasileiro com o Decreto Lei nº 3.199/41 e com o desenvolvimento social e econômico gerado pela ocupação territorial do estado do Paraná na década de 1950, que a estrutura do esporte no Paraná passou a se modificar. Fundada em 09 de junho de 1943, a Federação Desportiva Paranaense se desenvolveu sob a tutela e fiscalização federal, constituindo-se como o eixo de desenvolvimento do esporte paranaense (MARTINS, 2004).

De acordo com Toledo (2014), na década de 1950, o governo estadual passou a adotar uma política voltada para a realização de eventos esportivos, podemos dizer que a criação dos Jogos Abertos do Paraná, no ano de 1957, é um dos grandes marcos dentro da história do esporte no estado. Desde então, a política voltada a realização de eventos esportivos desenvolveu-se ainda mais com a criação de outros eventos como os Jogos Escolares do Estado do Paraná e os Jogos da Juventude, eventos realizados até hoje. Assim, ainda que existam outras – pequenas - iniciativas por parte do governo do estado (como convênios em parceria com o governo federal e municípios e a distribuição de material esportivo aos municípios) podemos então dizer que a principal política pública de esportes desenvolvida no estado do Paraná está diretamente ligada a realização de tais eventos.

Entretanto, nos últimos três anos algumas iniciativas da Secretaria Estadual de Esporte e Turismo caminharam no sentido de ampliar e direcionar as ações relativas ao campo esportivo no estado. Podemos destacar a realização de um Diagnóstico do cenário esportivo paranaense, realizado em 2015 junto aos municípios. Foram coletados dados referentes a estrutura esportiva, financiamento das ações, quadro de profissionais e modalidades mais praticadas. A obtenção dessas informações auxiliaram nas discussões

Apoio:



Realização:





SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

sobre o documento da Política de Esportes, publicada recentemente pela SEET (IPCE, 2017).

A nova política se apresenta com a proposta de desenvolver o esporte no estado a partir de um viés desenvolvimentista e de universalização do esporte. No entanto o documento enfatiza em dizer que “não se trata de uma política institucional governamental, com o seu plano de ações, objetivos e metas governamentais” e sim uma ação que prevê a organização do sistema esportivo do Paraná de uma forma integrada, visando qualificar cada vez mais o setor (IPCE, 2017, p.11).

Objetivos

Buscamos neste estudo, realizar um ensaio relativo a análise da nova política, a partir dos indicativos da teoria do Quadro Lógico (PFEIFFER, 2000), ferramenta elaborada com o intuito de melhorar o planejamento de projetos, esclarecer objetivos e atividades do projeto, assim como indicar responsabilidades afim de garantir sua efetividade.

Metodologia

Visando atingir nossos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como uma análise do tipo documental, com caráter qualitativo. O documento analisado, como já mencionado, será a Política de Esportes do Paraná, publicada pelo Instituto Paranaense de Esporte no ano de 2017. O método de análise utilizado é considerado hoje como uma das metodologias de avaliação mais utilizadas em programas públicos em todo o mundo. A abordagem do Quadro Lógico foi desenvolvida pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional como instrumento de planejamento e sistematização de intervenções sociais, e oferece a vantagem de fazer a Avaliação e monitoramento dessas intervenções possíveis (PFEIFFER, 2000).

Resultados

Antes de apresentar nossos resultados, é importante mencionar que a abordagem do Quadro Lógico não é o plano completo de um projeto, ela apenas apresenta alguns encaminhamentos para a formulação e possível efetivação das propostas. Como este estudo trata-se de um ensaio, buscamos responder algumas questões norteadoras respaldadas pela teoria. Dessa forma: **Por que a Política Estadual de Esportes deveria ser realizada? Qual é o seu propósito e quais seriam as mudanças alcançadas? Como pretende-se produzir melhorias? Quais as condições externas que podem influenciar nos resultados e efeitos da política? E como será possível identificar o alcance das melhorias e das mudanças ocasionadas a partir da implementação da Política Estadual de Esporte?** (PFEIFFER, 2000).

Logo no Início do documento a problemática que envolve tal ação é imposta, ao afirmar que a segmentação e a ausência de orientações claras e objetivas sobre o



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

desenvolvimento das ações do cenário esportivo no estado e responsabilidade de cada setor para o desenvolvimento da área, a partir da elaboração de uma matriz norteadora das ações:

o grande marco da Política de Esportes do Paraná ora apresentada é a proposta da construção e a perspectivada consolidação de uma MATRIZ DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DO PARANÁ, e concomitantemente a identificação de metodologias adequadas à cada um dos estágios apresentados na matriz, possibilitando aos gestores e profissionais que atuam com o esporte visualizar de forma cristalina a sua participação e importância no processo de construção de um Estado mais esportivo e com objetivos claros (IPCE, 2017, p. 11).

A importância de delimitar funções e responsabilidades não é preocupante apenas no cenário estadual, e sim em todo o campo esportivo nacional. A partir da inserção do Esporte na Constituição Federal de 1988, evidencia-se que União, estados e municípios devem fomentar práticas esportivas, entretanto, não delimita a responsabilidade de cada um. Na visão de Santos, Starepravo e Neto (2015, p. 76), "somos a única república federativa formada por três entes federados e isso impacta fortemente na implementação de políticas públicas". Sendo assim "são três instituições que gozam de autonomia política para tal". Portanto, segundo os autores, é de certo modo compreensível do ponto de vista institucional, que ocorra a inação dos poderes públicos, haja vista que a norma não impõe obrigações e sanções aos governos que não implementam políticas públicas de esporte, apenas orienta que elas devam ocorrer (SANTOS; STAREPRAVO; NETO, 2015).

No que tange o propósito do documento e as mudanças pretendidas com a implementação da política, dois objetivos são apresentados, seriam eles: a) viabilizar oportunidades e condições de acesso da população a prática esportiva visando a sensibilização das pessoas em relação a importância da prática de esportes ao longo da vida; b) incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos; (IPCE, 2017, p. 91).

Em relação a forma que as melhorias na área podem vir a acontecer, podemos considerar que a Matriz elaborada/apresentada/proposta pelo documento, tem a função de orientar como essas melhorias viriam a acontecer, a partir de um Plano de Ação também proposto. Para a melhor compreensão, apresentaremos a Matriz a partir do quadro a baixo:

Quadro 1: Estágios e Linhas de atuação da Matriz de Desenvolvimento do Esporte:

ESTÁGIO DE FORMAÇÃO E TRANSIÇÃO ESPORTIVA
Linha 1: vivência esportiva I
Linha 2: vivência esportiva II
Linha 3: fundamentação esportiva
Linha 4: aprendizagem da prática esportiva
ESTÁGIO DE DECISÃO E EXCELENCIA ESPORTIVA
Linha 5: especialização esportiva
Linha 6: aperfeiçoamento esportivo
Linha 7: alto rendimento
ESTÁGIO DO ESPORTE PARA A VIDA TODA E READAPTAÇÃO
Linha 8: esporte para a vida toda
Linha 9: readaptação



11 SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

Fonte: Política de Esporte do Paraná (IPCE, 2017).

A matriz conduz que todas as linhas e estágios ocorram de forma progressiva, culminando do desenvolvimento do esporte ao longo da vida. Dessa forma, o documento prevê que para a concretização dos objetivos propostos e o cumprimento de metas intermediárias (não apresentadas no documento), o alinhamento das instituições do setor público, privado e organizações sem fins lucrativos devem voltar seus olhares para a proposta da Matriz de Desenvolvimento do Esporte como proposta norteadora das ações (IPCE, 2017). O documento então propõe a importância de um Plano de ações como forma de produção das melhorias no cenário esportivo:

É imprescindível que haja um acompanhamento seguro ao cumprimento dos objetivos e metas a serem estabelecidas nos Planos de Ação a serem elaborados *a posteriori*. O que de fato precisará ser medido são as transformações decorrentes da prática do esporte e da atividade física, avaliando a eficiência e a eficácia das ações a serem futuramente planejadas e implantada sem relação aos objetivos da Política de Esportes do Paraná (IPCE, 2017, p. 111).

Dentro da abordagem do Quadro Lógico, questões como estas que norteiam a política, são fundamentais para sua eficácia. Por se constituir a partir de um conjunto de conceitos operacionais, a abordagem permite verificar se o projeto está bem estruturado e se acarreta um acompanhamento sistemático e uma avaliação mais objetiva. Em relação ao documento analisado, podemos afirmar que ele visa propor caminhos e apresenta de fato alguns indicativos que auxiliam na resolução de problemas existentes. Dessa forma, a partir da abordagem do Quadro Lógico identificamos que a Política Estadual de esportes apresenta sim uma organização interessante, entretanto, peca no que condiz as formas de avaliação e mensuração de resultados.

Para Pfeiffer (2000), transparência e precisão são pontos fundamentais na proposta, uma vez que a linguagem é de extrema importância para redução de diferentes interpretações e mal – entendidos, o que o documento corresponde de maneira positiva, ao apresentar uma linguagem clara e acessível, ao mesmo tempo em que utiliza referências do campo científico.

Ainda em relação a utilização da abordagem do Quadro Lógico como referência para a análise da Política Estadual de Esporte, ressaltamos que o uso do Quadro Lógico é inicialmente indicado para planejar e gerenciar projetos, visando a organização das ações, “dentro das funções gerenciais, as que são principalmente apoiadas pelo QL são: planejamento, comunicação e controle” (Pfeiffer, 2000, p.112). Como o documento analisado trata-se de uma proposta de orientação e não de um projeto de intervenção, podemos dizer que em relação a estrutura da política proposta sua efetividade pode ser viável, entretanto, outros caminhos como o Plano de Ação e as metas seriam fundamentais dentro desse documento, com o intuito de também orientar as ações a serem desenvolvidas de fato pelo Sistema Estadual de Esporte.

Conclusões



11 SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

Buscamos neste estudo, realizar uma análise inicial referente ao novo documento norteador das políticas esportivas do estado do Paraná. O documento recente apresenta indícios de matriz norteadora para as ações de todos os setores do campo esportivo: público, privado e organizações sem fins lucrativos. De acordo com a abordagem do Quadro Lógico, a efetividade de um ação caminha no sentido de esclarecer objetivos, atividades e indicar responsabilidades, para assim garantir sua efetividade. Conseguimos identificar os objetivos e orientações apresentados no documento, entretanto em relação as responsabilidades de cada setor, pouco se avança. Permanecendo na ausência de responsabilidades, além da responsabilidade do poder público de garantir o fomento da prática esportiva em geral.

Referências

IPCE. Instituto Paranaense de Ciência do Esporte. **Política de esportes do Paraná**. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo: Curitiba: 2017.

MARTINS, D. J. Q. **A formulação e a implementação das Políticas Públicas no campo do esporte no estado do Paraná entre 1987 e 2004**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2004.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. Tese de Doutorado em Educação Física – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

PFEIFFER, P. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **Revista do Serviço Público**, Ano 51, Número 1, Jan-Mar. Brasília: ENAP. 2000.

SANTOS, E. S. STAREPRAVO, F. A. NETO, M. S. S. **Programa segundo tempo” e o vazio assistencial na região nordeste**. Revista Movimento, v. 21, n. 3., p. 759-771. Porto Alegre, 2015.

TOLEDO, R. M. **As políticas públicas e o direito “social” ao esporte: uma análise apartir do Estado do Paraná (1995-2010)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.